

Grupo dos 32 conclui o seu "Hércules IV"

Na madrugada de ontem o grupo dos 32, formado entre outros, pelos constituintes José Richa (PMDB-PR), Virgílio Távora (PDS/CE) e Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) concluiu a elaboração do projeto "Hércules IV", que é, segundo o senador Virgílio Távora, um enxugamento do projeto constitucional de Bernardo Cabral. O "Hércules IV", disse Távora — reflete a média do pensamento da sociedade brasileira.

Ele é menor que o projeto Cabral, tem 285 artigos, sendo que desses 53 são das disposições transitórias, enquanto que o texto do relator tem 334 artigos. Nele, segundo Távora, houve um remanejamento de matérias e foram explicitadas várias idéias. O projeto é realista e não tem pretensões de ser perfeito. Não é de confronto e sim de entendimento e reflete a característica de seus antecessores, o I, o II e o III, disse o senador.

De acordo com o pedesista, o "Hércules IV" é um projeto que servirá aos constituintes para análise e comparação com o projeto já aprovado. Nele, seus 32 elaboradores, procuram colocar todos os pontos que consideram matéria constitucional e de forma clara, para que sirva de contribuição para os parlamentares. A partir de ontem, segundo Virgílio Távora, o projeto começará a ser distribuído a diversas lideranças políticas, interessadas nos trabalhos da Constituinte.



Virgílio Távora

Debates na USP condenam regime atual

São Paulo — A condenação da forma de governo presidencialista praticada no Brasil foi um consenso nos debates do simpósio "Parlamentarismo ou Presidencialismo", realizado entre os dias 14 e 15 de dezembro, na Universidade de São Paulo. Dele participaram políticos de várias tendências e partidos, entre eles o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, do PDT, o deputado Olívio Dutra, do PT e o senador José Richa, do PMDB.

Segundo o documento divulgado ontem com as conclusões dos debates, pelo Departamento de Ciência Política da USP, que organizou o evento, o presidencialismo como vem sendo aplicado foi qualificado como imperial pelos participantes.

Nas discussões específicas, os defensores do presidencialismo, como o ex-governador Brizola, basearam-se muito mais na contestação da viabilidade do regime parlamentarista na atual conjuntura brasileira do que na demonstração dos traços positivos do regime atual.

PCB recebe seu registro e vai às convenções

O Tribunal Superior Eleitoral homologou ontem o pedido de registro provisório do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por unanimidade. No mesmo dia deram entrada junto ao TSE os pedidos de registro provisório do Partido Verde e de registro definitivo do Partido Liberal.

Com a decisão do Tribunal, o PCB tem um ano de prazo para se organizar definitivamente, ou seja, convocar as convenções, antes de dar entrada no pedido de registro definitivo, conforme determina a legislação partidária. O processo encaminhado pelo partido ao TSE apresenta a documentação que comprova ter a agremiação se organizado nos Estados do Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rondônia, Acre, Pará, Pernambuco, Distrito Federal e Piauí.

O PV e PL terão que aguardar decisão sobre os pedidos de registro, porque o TSE entrou em recesso ontem e as sessões plenárias só serão realizadas a partir de fevereiro. O pedido de registro provisório do Partido Verde está assinado por Fernando Gabeira, presidente da Comissão Diretora Provisória.

O advogado do partido, Francisco Sampaio, informou que o Partido Verde já se organizou nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte, Acre, Distrito Federal, Sergipe, Rondônia, Mato Grosso e Espírito Santo, número suficiente para cumprir a exigência de organização em nove Estados. Mas em janeiro devem ingressar com documentação relativa à organização em outros sete Estados.

O Partido Liberal já cumpriu a determinação de realizar convenções municipais, estaduais e nacional. Cada Tribunal regional deve remeter ao TSE certidões que comprovem o cumprimento da legislação, como determina a Lei Orgânica dos Partidos, para que o PL obtenha o registro definitivo.

Meta é atingir as massas

Depois de 40 anos na clandestinidade, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) conseguiu novamente se legalizar. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em sua última sessão realizada antontem, concedeu-lhe o registro provisório. Agora, o Partido tem prazo de um ano para conseguir o seu registro definitivo, conforme prevê a legislação partidária.

Junto com legalidade, o PCB inicia também uma nova fase, deixando de lado a antiga concepção de quadros, limitados pela rígida disciplina leninista, para transformar-se em um partido de massas. Recentemente, o partido lançou uma campanha nacional de filiação, cuja meta é alcançar 250 mil novos membros, até junho do ano que vem. Hoje, o PCB conta com apenas 40 mil filiados, concentrados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Para o presidente do PCB, Salomão Malina, o crescimento do partido em um período tão curto é uma estratégia voltada principalmente para enfrentar as eleições de novembro de 1988, quando os comunistas pretendem ampliar a sua base de vereadores em todos os estados brasileiros. De um partido que teve em 1946 uma bancada integrada por um senador e 16 deputados, o PCB está hoje

reduzido a uma representação parlamentar pouco significativa. Conta com três deputados federais e cerca de 40 vereadores, não possuindo nenhum prefeito ou deputado estadual nesta legislatura.

Em suas últimas discussões, o PCB tem também demonstrado grande preocupação com a possibilidade de o aparecimento do fenômeno da bipolarização partidária no País. Como ocorreu na Argentina, México e nos próprios Estados Unidos, os comunistas acreditam que, a se firmar a tendência de bipolarização entre a Social Democracia (representada por uma aliança em torno da candidatura do Brizola) e a direita, os pequenos partidos seriam arrastados para o abismo.

"Ou a gente cresce e se firma como partido de massas ou morre", avaliou um assessor da Liderança do PCB no Congresso Nacional. No seu ponto de vista, mesmo n-ao abandonando os postulados do marxismo, o PCB deve buscar para a sua área de influência segmentos da sociedade antes aproximados dos partidos trabalhistas e da Igreja. Nestes quadros, a ampliação do número de filiados contribuiria para forçar alianças com alguns partidos nacionais que ainda vacilam em buscar apoio dos comunistas.

PSB recebe novos filiados em Belém

Belém — Será hoje às 15 horas, no Centro Turístico e Cultural Tancredo Neves (Centur) a cerimônia de adesão do deputado federal constituinte Ademir Andrade e do deputado estadual João Carlos Batista ao Partido Socialista Brasileiro.

Ao ato estarão presentes o presidente nacional do PSB, senador Jamil Haddad (RJ), o prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, e os deputados federais do Movimento Unidade Progressista (MUP) do

PMDB, Raquel Capiberibe (AP), Haroldo Saboya e José Carlos Saboya (MA) e Paulo Ramos (RJ), além do presidente do PSB no Amazonas, ex-deputado Arthur Virgílio Neto.

Juntamente com os dois novos membros do PSB, ambos recém saídos do PMDB, está se filiando ao partido o ex-vereador e ex-deputado federal João Marques, já auto-lançado candidato socialista à prefeitura de Belém nas eleições no próximo ano.



No Salão Verde do Congresso vazio, as crianças aproveitavam os carpetes para brincar de pega-pega

Acordo na Constituinte: Todos deixam Brasília

Depois de tantos desentendimentos, parlamentares de todos os partidos, conseguiram ontem fechar um acordo neste final de ano. A decisão aconteceu nas últimas sessões do Congresso Nacional e da Constituinte, quando foi aprovada, por expressiva maioria, não a mudança do Regimento, mas o retorno de todos os parlamentares aos seus estados de origem, para comemorar os natalinas ou para consultas às bases. As dissidências, desta vez, não foram forçadas por desentendimentos políticos, mas por simples questões geográficas familiares, fazendo com que poucos votassem contra o acordo e permanecessem em Brasília. A surpresa desse acordo de maioria é que ele nem sequer precisou do cunhaço de Ulysses Guimarães, pois todos se sentiam satisfatoriamente fundamentados na posição de abandonar o Distrito Federal, só retornando no início do próximo ano.

Como sempre acontece, desta vez também apareceram os "independentes", que não amarraram com nenhuma das posições. E o caso do deputado Flávio Rocha (PL-RS), que por conta própria decidiu deixar Brasília uma semana antes de seus pares. A posição de permanecer foi defendida arduamente pelo deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), visto pelos corredores fazendo a soma dos constituintes do Centro e alertando a todos que encontrava para que não acreditassem na notícia de que deputados do PFL de Minas Gerais haviam abandonado o grupo. "Essa notícia — dizia ele — não é verdadeira, pois os participantes do Centrinho nunca fizeram parte do nosso grupo. Vou aproveitar esses dias de festas, para dar um plantão na suplência da Mesa, de onde estarei fazendo a convocação para o próximo dia 4 de janeiro". O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) ficou no

mesmo grupo do deputado Daso Coimbra, e ainda ontem à tarde trabalhava em seu gabinete, dando os últimos retoques na emenda sobre liberdade de imprensa. O senador disse que passará a noite de 24 em Brasília, com seus netos e o dia 25 de dezembro no Rio, com os netos daquele Estado. Também o "histórico" Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) aderiu ao mesmo grupo e trabalhava o emendão sobre sistema parlamentar que, segundo ele, já conta com 339 assinaturas.

Esse acordo de final de ano, no entanto, só deverá durar até o dia 4 de janeiro, quando quase todos estarão retornando a Brasília, para reiniciar os trabalhos de aprovação do Regimento Interno. Ajuntamento, a depender dos entendimentos sobre a questão, a preocupação será com quem irá ou não retornar. Sabe-se que cinco deputados do PFL — que votam com o Centrão — embarcaram para Israel e só dois deles prometeram voltar. Um outro que não está por aqui é o pefelista do Maranhão, deputado Enoc Vieira, que garantiu que ficará em seu Estado até meados de janeiro para visitar suas bases. Também o deputado Amaral Neto estará fora do País, em Aruba, no sul dos mares do Caribe, para alívio de seus colegas do Centrão que, preocupados com a imagem do grupo, tramavam uma maneira de fazer silêncio, pelo menos por uns dias, o exaltado deputado.

Recesso deixa 114 projetos pendentes

Decreto-Legislativo nº 6, de autoria do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), que define pelo não pagamento de ajuda de custos aos parlamentares, durante os trabalhos extraordinários em período de recesso. A medida, que já atinge aos servidores das duas Casas, se aprovada pelo Senado e posteriormente pela Câmara, vai aliviar os cofres públicos de soma considerável.

Na Câmara Federal, a última sessão realizada foi ainda no dia 4 deste mês, quando somente da pauta do dia sobram nada menos que 11 matérias, quatro que tinham até pedido de urgência: projeto de lei 277/87, que fixa o valor do salário mínimo em OTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional); PL nº 1.204-B/83, que regula o valor dos aluguéis dos imóveis residenciais urbanos; PL nº 205-A/87, que autoriza o Poder Executivo a criar incentivos fiscais pa-

ra o Pólo Petroquímico do Sul; e PL nº 216-A/87, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Ficou também para ser apreciado em janeiro pelos deputados federais o projeto de autoria da Presidência da República que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores Públicos Federais e que já promete muita polêmica. O deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), indicado como relator da matéria, faz uma série de críticas ao projeto do Executivo e tem pronto um substitutivo para apresentar à oportunidade. Segundo ele, da forma como foi apresentado, o projeto não satisfaz aos servidores e ainda atropela as reformas administrativas que estão sendo encaminhadas pela Constituinte, muito mais abrangentes.

Marinha diz que confia na Constituinte

"Tenho certeza de que os constituintes serão capazes de captar o que a sociedade deseja e transcrever na Constituição estes anseios e aspirações". A declaração é do ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, ao falar de suas expectativas para 1988, ano em que o País terá uma nova Carta constitucional.

As perspectivas para a Marinha em 88, na opinião do ministro, também são "boas". Segundo ele, toda a programação de 1987 foi cumprida, apesar das dificuldades financeiras, e em 88 será acrescentado um pouco mais "ao precioso legado naval que cabe aos marinheiros zelar e cultivar".

O ministro acrescentou ainda que todo o pessoal da Marinha "está totalmente voltado para o exercício da sua profissão, para o aprimoramento do adestramento e para a melhoria das condições da Marinha, as prioridades da administração".

Bendito desafio

MENDES RIBEIRO

"A sã política é filha da moral e da razão"

Manchete do Diário Popular, reproduzida pela Empresa Brasileira de Notícias:

— Congresso se autoconvoca e desafia o Governo!

Quanta heresia!

Informação assim é falta de responsabilidade. Desrespeito à verdade. Desinformação proposital. Nada de contribuição à democracia. Confissão pública, jurando fidelidade à ditadura.

Com que então, se autoconvocando, o Congresso agride o Governo?

Quem é governo, no entender dos doutos autores da nota? O Executivo, é claro. Desde quando? A partir do golpe de 1964. Em todas as ocasiões em que a mão — de-ferro hipértrio — dos órgãos do Poder de Estado, em detrimento dos outros, Legislativo e Judiciário.

O povo, apontado por desorientado, alheio aos fatos, impotente para assimilar o mínimo, o essencial, bebe o que lhe é

dado a beber, em matéria de conhecimento. Nenhum órgão de comunicação tem o direito de distorcer a realidade, dando a mentira por fato consumado. O parlamento, até há pouco, foi um nada ou o arbitrio. E seu pecado maior, foi a falta de reação. O acomodador-se. Submissão e subserviência reduziram a figuras decorativas, deputados e senadores. O Decreto-lei, escarar na representação popular, tornou letra morta a fiscalização de um pelos outros órgãos. Ai o resultado das duas décadas de mordaca. Vende-se a escravidão. Pinta-se a liberdade por agressão.

Pela primeira vez, em vinte anos, o parlamento assume postura digna de sua importância. Briga pelo espaço devido. Note: devido. Não há permissibilidade. Benesse.

Conto de um telefonema recebido.

Melhor seria, segundo o assessor do Ministério da Fazenda, do outro lado do fio, a acomodação intrajetada — a Manchete em tela é a prova — e tida por dogma. Governo é o Executivo. O Congresso é o faz-de-conta da democracia de fachada. O Judiciário, dependente, sem or-

camento próprio, atrelado, completa o quadro.

Terminou! Quanto tempo ainda levará para entenderem? Terminou!

O fantasma do novo golpe, quem não sabe, espreita pelos olhos dos covardes. Existem em qualquer lugar. Pertencem ao gênero humano. Porém, sem bravatas, ninguém está à altura de exercer um mandato, de corresponder ao voto recebido, se a cara feia de meia dúzia faz arrepiar o cumprimento do dever.

O golpe, quando ocorre, tem por alicerce a fraqueza da aceitação. Fraco é o incapaz de levantar e ser.

O Governo deixou de ser o Executivo. E também ele. Entretanto, os outros dois terços do Poder de Estado, repousam na ação do Legislativo e do Judiciário. O Congresso examinará — e mais — proibirá quanto lhe parecer demasiado.

Chega de decretar o cre ou morre.

Desafio? A autoconvocação um desafio? Bendito desafio!

E eu que, candidamente, pensei sepultada a velha República!

Carta dá 18% mas verba do MEC não sobe

Apesar do que parece, o orçamento do Ministério da Educação não aumentará, caso prevaleça o dispositivo do projeto da Constituição que destina para a educação 18 por cento da receita de impostos da União. Atualmente este percentual é de 13 por cento. O projeto atual, se mantido, poderá mesmo diminuir os recursos para o 1º grau, beneficiado com o dinheiro arrecadado através do Finsocial, fundo que poderá vir a ser extinto, conforme o projeto atual. O que deverá aumentar será a verba de Estados e municípios para o ensino, caso prevaleça o texto da Comissão de Sistematização.

Estas conclusões constam em um estudo elaborado pelos técnicos da secretaria-geral do Ministério da Educação, Jorge Abrahão de Castro e Maria das Graças de Carvalho. Os dois foram encarregados de analisar as repercussões financeiras das decisões dos constituintes.

Os técnicos consideram que a extinção do Finsocial prejudicará o ensino de 1º grau, uma vez que a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) — responsável pelos programas de merenda escolar e do livro didático — atua especialmente com recursos deste fundo. O trabalho destaca a necessidade de substituir estes recursos por outra fonte, ou a transferência dos programas da FAE para os estados e municípios.

De acordo com os levantamentos dos técnicos, a ampliação do percentual destinado à educação somente corrigirá uma perda que o MEC terá se forem mantidos os 13 por cento, conforme determina a Emenda Calmon. Isso porque a reforma tributária determinada pelo projeto da Constituição reduziu a participação da União na arrecadação global de impostos. O trabalho foi realizado levando em conta a participação média dos onze impostos arrecadados pela União no orçamento global nos últimos 7 anos.

Hoje a União fica com 72,2 por cento da receita total de impostos, repassando o restante aos estados e municípios, lembrou Jorge. Os 13 por cento destinados à educação incidem sobre estes 72,2 por cento e representam 9,4 por cento da arrecadação global. Conforme o atual projeto da Constituição, a União ficará com 52,06 por cento da receita total de impostos.

Caso permaneçam os 13 por cento, observaram os técnicos, o Ministério perderá 38,7 por cento da sua receita, passando os 13 por cento a representar 6,8 por cento do total arrecadado pela União. Os técnicos lembram que os 13 por cento da receita de impostos da União não são repassados integralmente ao MEC, que fica com apenas 89 por cento destes recursos. Os outros ministérios que também investem em educação ficam com 11 por cento das verbas da União destinadas ao setor.

De acordo com o projeto da Constituição, os estados e municípios serão obrigados a repassar 25 por cento da arrecadação de impostos que existe também na Carta atual. Como a arrecadação dos estados e municípios vai aumentar, as verbas para a educação também crescerão.

PMDB prepara emenda para estabilidade

Uma proposta do deputado Genivaldo Correia (PMDB-BA), que remete a estabilidade de emprego para a legislação ordinária, mas dá garantias aos trabalhadores no capítulo das Disposições Transitórias, poderá ser apresentada com a emenda do PMDB para um dos pontos mais polêmicos da nova Constituição. Numa reunião com o presidente Ulysses Guimarães os constituintes Mário Covas, Nelson Jobim, Egídio Ferreira Lima, Euclides Scalco, Bernardo Cabral, Genivaldo Correia e José Fogaca tentaram chegar às propostas sobre os 33 pontos polêmicos enumerados pelo grupo para apresentar emendas assim que forem retomados os trabalhos. O esforço, no entanto, foi em vão, e os parlamentares partiram para o recesso com a incumbência de aprofundar a análise das propostas para que o próximo encontro, no dia 4 de janeiro, seja mais produtivo. Dos 33 itens em pauta os constituintes do PMDB só acordaram em incluir o tráfico de drogas como crime imprescritível e inafiançável, como o terrorismo e a tortura, e traçar uma estratégia para barrar os esforços do Centrão de excluir a estabilidade, sob qualquer forma, do texto constitucional. O tráfico de drogas voltará à constituinte, pela emenda do PMDB, nos termos do primeiro relatório de Bernardo Cabral.